



BANCO DA AMAZÔNIA

Movimentando a Amazônia. E a sua vida.

**PLANO DE APLICAÇÃO
DOS RECURSOS PARA 2010**

ESTADO DE RONDÔNIA

DIRETORIA EXECUTIVA

ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR
Presidente

ANTÔNIO CARLOS DE LIMA BORGES
Diretor de Infraestrutura do Negócio

EDUARDO JOSÉ LIMA CUNHA
Diretor de Análise e Reestruturação

EVANDRO BESSA DE LIMA FILHO
Diretor de Controle e Risco

GILVANDRO NEGRÃO SILVA
Diretor Comercial e de Distribuição

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
1. AMAZÔNIA: CARACTERÍSTICAS, OPORTUNIDADES E DESAFIOS	6
2. MEIO AMBIENTE: POLÍTICA SOCIOAMBIENTAL E EMPREENDEDORISMO CONSCIENTE	8
3. BANCO DA AMAZÔNIA: POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL	11
4. ESTADO DE RONDÔNIA: PERFIL GEOECONÔMICO E PRIORIDADES ECONÔMICAS	17
5. RECURSOS FINANCEIROS: INSTRUMENTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS E PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	37
6. RESULTADOS ESPERADOS: RESULTADOS QUALITATIVOS E QUANTITATIVOS	40
ANEXOS	43
<i>ANEXO I - INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DO ENCONTRO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO PARA A APLICAÇÃO DOS RECURSOS PARA 2010</i>	<i>44</i>

APRESENTAÇÃO

Este **Plano de Aplicação dos Recursos para 2010** é produto do Encontro Estadual de Planejamento para a Aplicação dos Recursos operacionalizados pelo Banco da Amazônia, realizado no dia 29 de julho de 2009, no auditório do SEBRAE, em Porto Velho (RO), o qual foi organizado e coordenado pelo Banco da Amazônia e contou com a efetiva participação dos agentes públicos e privados que atuam na economia do Estado, refletindo a sinergia e o compromisso interinstitucional com a questão do desenvolvimento regional em bases sustentáveis.

Referido Plano foi concebido com a finalidade de ser uma importante ferramenta orientadora da atuação do Banco da Amazônia no Estado e encontra-se estruturado em seis capítulos que tratam das características, oportunidades e desafios da Região; do meio ambiente inserido à política socioambiental do Banco da Amazônia e ao empreendedorismo consciente; das políticas e estratégias do Banco da Amazônia para o desenvolvimento regional sustentável; do perfil geoeconômico e prioridades econômicas do Estado; da programação financeira a ser executada e dos resultados socioeconômicos esperados com a aplicação dos recursos.

O Banco da Amazônia tem consciência de que o desenvolvimento regional perpassa, fundamentalmente, pela formulação de estratégias que estejam alinhadas ao novo modelo de desenvolvimento baseado em negócios sustentáveis, que atendam às necessidades de sobrevivência no presente e que assegurem, também, qualidade de vida às gerações futuras. Sob essa perspectiva, vem reorientando suas ações para apoiar empreendimentos inseridos em arranjos produtivos locais, aglomerados econômicos e projetos sustentáveis, de modo a valorizar as potencialidades locais e, ao mesmo tempo, promover a melhoria da qualidade de vida da população, a inclusão social e a redução das desigualdades intra e inter-regionais.

Assim, esperamos com este Plano dar mais um passo no aperfeiçoamento da política de alocação de recursos do Banco da Amazônia, priorizando a oferta de crédito para empreendimentos que estejam devidamente alinhados ao novo padrão de financiamento preconizado pela Instituição para que a Região Amazônica possa atingir patamares mais elevados de desenvolvimento sustentável.

Aos parceiros que atenderam ao nosso convite para contribuir nesta iniciativa de trabalho participativo em benefício do conjunto da sociedade local, em nome da Diretoria Executiva do Banco da Amazônia e de seus empregados, externo a nossa gratidão e conclamamos a todos para que juntos possamos estar realizando o melhor possível visando o desenvolvimento do Estado, da Amazônia e do nosso País.

ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JUNIOR
Presidente do Banco da Amazônia

1. AMAZÔNIA: CARACTERÍSTICAS, OPORTUNIDADES E DESAFIOS

1.1. CARACTERÍSTICAS

A Região Amazônica possui uma extensão territorial de 5.088.668,5 Km², correspondente a 60% do território nacional, sendo composta por 9 Estados (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins). Sua população atual é de aproximadamente 23,6 milhões habitantes com densidade demográfica de 4,6 hab/Km², sendo que mais de 60% residem em áreas urbanas. O Produto Interno Bruto (PIB) da Amazônia é de R\$ 162,4 bilhões, equivalente a 7% do PIB nacional.



1.2. OPORTUNIDADES

A importância estratégica da Amazônia no cenário internacional aponta para o surgimento de novas oportunidades de desenvolvimento sustentável para a Região destacando:

- A existência de um patrimônio natural com uma imensa riqueza biológica, consistindo em um sistema integrado pela continuidade da floresta que, juntamente com a sua grande bacia hidrográfica, unifica vários subsistemas ecológicos;

- A floresta amazônica (que congrega 1/3 das florestas tropicais úmidas do mundo) reúne a maior reserva mundial de biodiversidade, 3,5 milhões de hectares de floresta virgem, 750 espécies diferentes de árvores e o maior banco genético do Planeta;
- A condição natural de uma das mais importantes províncias minerais da Terra, com perspectivas de diversificação, a curto e médio prazo, da industrialização do setor, além da extração de petróleo e gás em seu território;
- O elevado potencial hidrelétrico que possibilita não somente o abastecimento interno de energia, mas também a exportação energética para outras regiões do País;
- A disponibilização de extraordinária fonte pesqueira, existindo em suas águas mais de 1.500 espécies diferentes de peixes, além de crustáceos como o camarão e o caranguejo, este último encontrado nos manguezais; e
- O desenvolvimento do agronegócio regional envolvendo produtos madeireiros, carnes, pescado, grãos, óleos, frutas, indústria moveleira, indústria florestal não madeireira, siderurgia, metalurgia, indústria convencional (especialmente o segmento eletro-eletrônico), turismo, artesanato indígena e beneficiamento de produtos florestais.

1.3. DESAFIOS

A transformação das imensas possibilidades que a Amazônia dispõe em reais oportunidades de negócios sustentáveis depende, fundamentalmente, da capacidade dos agentes públicos e privados que atuam no processo de desenvolvimento regional construir arranjos institucionais fortes e capazes de mobilizar sinergias visando à superação dos desafios inerentes a uma região com as características e complexidades da Amazônia. Entre as ações necessárias para a superação desses desafios estão:

- A implantação de uma infraestrutura econômica capaz de facilitar o armazenamento, o escoamento e a comercialização da produção;
- A promoção do ordenamento territorial mediante a regularização fundiária, a proteção dos ecossistemas, os direitos das populações tradicionais e a melhor destinação das terras para a exploração produtiva;
- A elevação do nível de organização e o fortalecimento das micro e pequenas empresas;
- A melhoria dos serviços de assistência técnica e extensão rural prestados aos produtores da Região; e
- A capacitação tecnológica dos setores produtivos tradicionais da Região, de forma a propiciar adequada inserção comercial, a introdução de novos empreendimentos baseados em conhecimento técnico-científico avançado, em especial com relação ao uso sustentável da floresta, e outras ações que permitam a agregação de valor aos produtos regionais.

2. MEIO AMBIENTE: POLÍTICA SOCIOAMBIENTAL E EMPREENDEDORISMO CONSCIENTE

2.1. POLÍTICA SOCIOAMBIENTAL

Visando o aproveitamento das oportunidades de desenvolvimento sustentável na Amazônia com a geração de benefícios socioeconômicos que sejam internalizados em prol das populações locais, torna-se premente a adoção de um novo padrão de financiamento que esteja adequado às reais necessidades dos setores produtivos regionais.

Nessa perspectiva, a Política Socioambiental do Banco da Amazônia busca incorporar os componentes de sustentabilidade econômica, ambiental e social em todo o espectro de sua atuação, objetivando promover a solidificação de arranjos produtivos locais inovadores, inseridos em projetos alinhados aos pressupostos do desenvolvimento sustentável e articulados aos fluxos dos mercados nacionais e internacionais.

Trata-se de um modelo de financiamento que tem como foco o empreendedorismo consciente e o atendimento integral das necessidades do cliente, construindo um relacionamento bancário estreito e uma parceria fortalecida para o aproveitamento do meio ambiente como oportunidade para viabilização de negócios com sustentabilidade.

A gestão desse novo modelo de financiamento tem como pressuposto básico a concertação tripartite do ambiente no qual estão inseridas as atividades produtivas de cada Estado. Isto significa que os agentes que atuam no processo de desenvolvimento regional (governo, iniciativa privada e sociedade civil organizada) devem caminhar na mesma direção e articuladamente, de maneira a potencializar os resultados a serem alcançados e construir um processo de desenvolvimento sinérgico e duradouro.

A Política Socioambiental do Banco da Amazônia compreende critérios de categorização de clientes segundo os conceitos orientadores de indução, salvaguarda e exclusão.

A indução norteará a conduta do Banco da Amazônia frente às atividades econômicas sustentáveis que se deseja tornar a tônica na Região, visando a transição para um modelo de desenvolvimento que desestime práticas produtivas obsoletas e predatórias. Os empreendimentos categorizados sob essa ótica deverão receber tratamento preferencial e diferenciado, tendo em vista suas contribuições ao processo de desenvolvimento regional e efeito demonstrativo incentivador para outros projetos.

As salvaguardas serão instrumentos mobilizados pelo Banco da Amazônia para promover o redirecionamento de práticas produtivas de atividades tradicionais, induzindo à incorporação de tecnologias sustentáveis, cuja evolução deverá ser periodicamente acompanhada. Ao atuar em atividades estratégicas, espera-se expandir a influência de adoção de práticas sustentáveis para um grande leque de atividades.

O Banco da Amazônia, mediante a exclusão na concessão de financiamentos, não apoiará atividades econômicas baseadas em práticas que contradizem os princípios e valores da Instituição, bem como aquelas que sejam objeto de restrições na legislação vigente.

2.2. EMPREENDEDORISMO CONSCIENTE

No limiar do século XXI, a variável ambiental ganhou status de geradora de produtos e serviços, assumindo condição estratégica e indispensável para a conquista de novos mercados, considerando as exigências da sociedade moderna pelo consumo de produtos gerados em processos e sistemas de produção sustentáveis.

Sob essa ótica, a sociedade do século XXI vem experimentando profundas modificações comportamentais. No campo econômico, a crescente preocupação socioambiental revela-se uma extraordinária mudança no paradigma capitalista onde as empresas não podem ter o lucro como única preocupação e objetivo, a responsabilidade social e o compromisso com a sustentabilidade são considerados cada vez mais determinantes nas decisões dos consumidores, dos governos e de toda a sociedade organizada.

Essas mudanças tendem a se tornar ainda mais dinâmicas num mundo globalizado visto que os segmentos empresariais buscam incessantemente novas estratégias de venda para conquistar os consumidores cada vez mais exigentes, principalmente na área de alimentos, e as empresas exportadoras, igualmente, são desafiadas para romper as barreiras de ordem ambiental impostas pelos maiores mercados.

Embora no comércio internacional a questão ambiental venha sendo debatida desde a década de 1970, somente no final da década de 1990 é que tais mudanças se tornaram mais perceptíveis, quando os países mais desenvolvidos começaram a estabelecer restrições para acesso aos seus mercados através de medidas sanitárias, rastreabilidade do produto, rotulagem ambiental ou por meio de certificação do produto, a exemplo da madeira e também pela ocorrência de altas concentrações de agrotóxicos e antibióticos em alimentos.

Referida conjuntura impõe ao setor produtivo assumir uma postura de aliado do meio ambiente a partir da utilização de processos produtivos que incorporem tecnologias ambientalmente limpas com vistas a conservar os recursos naturais e preservar a saúde dos consumidores sem perder de vista a rentabilidade dos negócios como meio de garantir a permanência das empresas no mercado e conquista de outros.

Por outro lado, esta nova ordem econômica, na medida em que implica na adoção de processos ambientalmente sustentáveis, exige a implantação de sistemas de gestão ambiental nas empresas e/ou propriedades induzindo a abertura de espaços para novos serviços e conseqüentemente mais oportunidades de emprego.

Importante registrar, apesar de todo aspecto de reputabilidade e imagem que os negócios ambientais agregam à moderna empresa, o novo paradigma é fruto, também, da constatação de que a incorporação da sustentabilidade como estratégia de gestão das empresas representa maior eficiência e produtividade. A propagada dualidade entre produção e respeito ao meio ambiente vem sistematicamente perdendo a força, em decorrência da existência cada vez maior de exemplos práticos de negócios sustentáveis.

A poluição é antes de tudo uma ineficiência, ou seja, os resíduos decorrentes do processo produtivo são derivados do não aproveitamento completo do insumo utilizado, ou de suas propriedades, representando um elevado custo agregado ao preço final dos produtos, em função dos processos de destinação final e tratamento. Dessa forma, novos processos produtivos, mais racionais em uso de recursos naturais, bem como a reutilização de resíduos para outras atividades, representam uma maior eficiência no uso dos insumos resultando em maior produtividade para a atividade econômica.

Isto significa que essa nova dinâmica produtiva consolida a mudança de paradigma indo além da transformação resultante dos aspectos mercadológicos que a imagem de empresa socioambiental responsável pode agregar. Trata-se de uma nova economia baseada em negócios sustentáveis e competitivos.

No caso particular da Amazônia, a importância da economia em bases sustentáveis cresce exponencialmente, considerando, sobretudo, sua condição de principal reserva de biodiversidade e de água da Terra, bem como ser uma das maiores detentoras de recursos naturais do Planeta. Se do ponto de vista ambiental residem na Amazônia as principais esperanças de equilíbrio do sistema global, principalmente no que se refere às mudanças climáticas, do ponto de vista econômico a Região tem sido alvo da cobiça internacional, dado ao imensurável estoque de riquezas que abriga.

Nessa perspectiva, a Amazônia assume uma importância estratégica que a torna foco das atenções mundiais, inclusive no que se refere ao debate cada vez mais recorrente sobre sua internacionalização. Assim, desenvolver a Amazônia em bases mais sustentáveis, por meio da transformação do atual modelo de desenvolvimento econômico baseado na economia tradicional, representa a melhor resposta aos defensores da sua internacionalização, mostrando claramente que a sociedade brasileira é suficientemente responsável e madura para ser a guardiã da Região.

3. BANCO DA AMAZÔNIA: POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL

3.1. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS DO BANCO DA AMAZÔNIA

Imbuído da Missão de “ *criar soluções para que a Amazônia atinja patamares inéditos de desenvolvimento sustentável a partir do empreendedorismo consciente*” o Banco da Amazônia atua com a Visão Estratégica de que, até 2012, todos os clientes, colaboradores, fornecedores, parceiros, a sociedade como um todo, os governos e os acionistas estejam satisfeitos e orgulhosos com os resultados quantitativos e qualitativos do Banco da Amazônia e que a Instituição seja referência em desenvolvimento sustentável na Região Amazônica e parceiro essencial de organizações do País e do Mundo que queiram participar deste empreendimento.

A atuação do Banco da Amazônia é pautada na observância dos seguintes Princípios:

- Aplicação rigorosa da ética, definida como escolha para o bem comum;
- Busca da excelência em todas as suas ações;
- Fundamentação das suas ações na criatividade e imaginação;
- Busca e criação incessante de novos conhecimentos para criar soluções cada vez melhores;
- Um “ fazer acontecer” caracterizado por ousadia e coragem, capaz de induzir grandes mudanças e transformações;
- Total transparência em todos os seus atos, como fundamento para relações de confiança;
- Busca de harmonia e o respeito ao ser humano, em toda sua diversidade, culturas e expressões;
- Fomento à participação responsável no desenvolvimento da Região Amazônica baseada no diálogo, consenso e gestão compartilhada;
- Assegurar uma cultura essencialmente empreendedora na Organização, garantindo agilidade e eficácia no atendimento; e
- Busca da excelência pelo investimento contínuo na formação profissional e humana.

3.2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO BANCO DA AMAZÔNIA

Os objetivos estratégicos do Banco da Amazônia são expressos através de sete Desafios:

- **Indução** – Consolidar um papel relevante na definição e implementação de políticas de desenvolvimento sustentável na Amazônia;
- **Fortalecimento** – Fortalecer o Banco da Amazônia como instituição financeira voltada para o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica;
- **Foco no Cliente** – Orientar a ação do Banco da Amazônia para satisfazer as necessidades do cliente, em especial aqueles empenhados em adotar práticas de desenvolvimento sustentável em seus negócios;
- **Gestão** – Consolidar o novo Modelo de Gestão aprovado pelo Banco da Amazônia baseado em Gestão Estratégica, Gestão de Processos e Gestão de Projetos;
- **Infraestrutura** – Desenhar e implementar uma estrutura que esteja em função da estratégia da Instituição;
- **Pessoas** – Fomentar o desenvolvimento integral das pessoas como alavanca central para o cumprimento da Missão do Banco da Amazônia; e
- **Rentabilidade** – Alavancar resultados que gerem impacto positivo no desenvolvimento sustentável na Região Amazônica e valor para seus acionistas, clientes e colaboradores.

3.3. ALINHAMENTOS ESTRATÉGICOS DO BANCO DA AMAZÔNIA

Visando o alcance dos seus objetivos estratégicos, o Banco da Amazônia alinhou suas estratégias de atuação focando do tradicional para o sustentável, do produto para o cliente e da Matriz para a Rede de Agências.

Através desses alinhamentos estratégicos, o Banco da Amazônia espera obter ganhos de eficiência e produtividade e, conseqüentemente, impacto positivo no seu resultado operacional, decorrentes do monitoramento das despesas e receitas, a partir do melhor aproveitamento da base de clientes, via melhoria do índice de penetração dos produtos.

3.4. O BANCO DA AMAZÔNIA COMO AGENTE DAS POLÍTICAS, PLANOS E PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL PARA A AMAZÔNIA

O Banco da Amazônia, como agente das políticas, planos e programas do Governo Federal para a Amazônia, atua com o compromisso de promover o desenvolvimento econômico e social da Região em bases sustentáveis, valorizando as potencialidades regionais através de ações estratégicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida das populações locais e redução das desigualdades intra e inter-regionais.

As ações estratégicas do Banco da Amazônia para o desenvolvimento regional sustentável estão alinhadas às seguintes prioridades do Governo Federal para a Região Amazônica:

Apoio à Agricultura Familiar – O Banco da Amazônia tem como prioridade em suas estratégias de ação a concessão de financiamentos às atividades produtivas de menor porte, sobretudo para o segmento da agricultura de base familiar. Com uma política de atuação voltada para o pequeno produtor, valoriza o associativismo de produção e intensifica o seu apoio às populações tradicionais da Região como ribeirinhos, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais e indígenas, entre outros povos da floresta, atendendo também agricultores sem-terra, nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária.

Através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Banco da Amazônia, além de auxiliar a execução da Política Nacional de Reforma Agrária, financiando atividades produtivas na Região, tem contribuído decisivamente para o fortalecimento do segmento no contexto regional. Além disso, tem contribuído com a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) destinando recursos de seu próprio orçamento aos órgãos oficiais prestadores de serviços de assistência técnica e extensão rural nos Estados da Região Norte. É uma parceria pioneira com o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) para melhorar os serviços prestados aos mini e pequenos produtores rurais da Região.

Estímulo às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Em sua ação de fomento para o desenvolvimento regional, o Banco da Amazônia prioriza a concessão de financiamentos às atividades produtivas dos segmentos de microempresas e empresas de pequeno porte. O apoio do Banco da Amazônia a esses segmentos de menor tamanho se dá em consonância com a Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

Entre as ações que o Banco da Amazônia vem desenvolvendo no sentido de intensificar seu apoio às microempresas e empresas de pequeno porte destacam-se a participação da Instituição no Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e a parceria com o SEBRAE Nacional, com quem mantêm convênio de cooperação geral visando desenvolver ações voltadas à ampliação do atendimento e da melhoria do acesso ao crédito pelas micro e pequenas empresas que atuam na Amazônia.

Incentivo ao Turismo Regional Sustentável – O setor de turismo representa uma excelente oportunidade para a estruturação de negócios sustentáveis e, principalmente, para o desenvolvimento regional. Para o Banco da Amazônia, que no âmbito de suas atribuições tem o compromisso de contribuir para o desenvolvimento do turismo regional, a alavancagem do setor perpassa, necessariamente, pela construção de um amplo e sólido sistema de alianças institucionais para empreender ações compartilhadas que contribuam significativamente para a dinamização do turismo na Amazônia.

Visando contribuir para o desenvolvimento do turismo sustentável na Região Amazônica, o Banco da Amazônia elaborou, em consonância com o Plano Nacional de Turismo (PNT), o Plano de Incentivo ao Turismo na Amazônia com a percepção de que mesmo a Região possuindo um imenso potencial para o desenvolvimento do turismo existem grandes desafios que podem ser transformados em excelentes oportunidades de negócios capazes de promover o desenvolvimento sustentável do setor.

Valorização da Cultura Amazônica – Instituído por meio do Decreto n.º 6.226/07, o Programa Mais Cultura do Governo Federal representa uma iniciativa que tem mobilizado esforços de um conjunto de agentes, como o Ministério da Cultura, os bancos federais e os governos estaduais e municipais, visando garantir mais acesso e condições para que a diversidade cultural brasileira possa se manifestar de forma plena.

Como atua alinhado às políticas, planos e programas do Governo Federal para a Região Amazônica, o Banco da Amazônia lançou o Programa de Ação “ Amazônia Mais Cultura” , cuja proposta é ser uma importante âncora na valorização da cultura amazônica, em consonância com a agenda social do Governo Federal, que tem na cultura um dos eixos prioritários e estratégicos. Por meio do Programa de Ação “ Amazônia Mais Cultura” , o Banco da Amazônia espera prospectar, de forma simples e inovadora, novas oportunidades de negócios sustentáveis no âmbito do setor cultural.

Apoio ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – Implantado pelo Governo Federal, o PAC tem como premissa básica estimular o crescimento do PIB brasileiro e do emprego, com foco na inclusão social e melhoria na distribuição de renda. As ações e metas do PAC estão voltadas, sobretudo, para o investimento em infra-estrutura, o estímulo ao crédito e ao financiamento, à melhoria do ambiente de investimento, à desoneração e administração tributária e às medidas fiscais de longo prazo.

Desde o lançamento do PAC, o Banco da Amazônia tem contribuído com esse esforço do Governo Federal no sentido de retomar a capacidade orientadora do Estado na questão do desenvolvimento brasileiro, especialmente no tocante ao incremento da taxa do investimento público e privado. Os projetos financiados pelo Banco da Amazônia no âmbito do PAC contemplam setores estratégicos da economia regional como transporte, saneamento básico e geração de energia.

Incentivo à Formação de Arranjos Produtivos Locais – A estratégia de arranjos produtivos locais incentiva o cooperativismo entre os agentes produtivos e ao mesmo tempo, dada a sua capacidade de congregar elementos de competitividade, permite a montagem de uma rede integrada e sinérgica entre instituições de pesquisa, tecnologia, educação, transportes, crédito, infra-estrutura e produção.

Com essa percepção, o Banco da Amazônia atua como membro do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP/APL), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e composto por 33 instituições, o qual é responsável pela implementação da Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais. A ação creditícia do Banco da Amazônia contempla o apoio à formação e ao desenvolvimento de 49 arranjos produtivos locais selecionados como prioritários em todos os Estados da Amazônia.

Participação no Programa Banco para Todos – O Banco da Amazônia participa, ao lado das demais instituições financeiras públicas federais, do Programa Banco para Todos de iniciativa do Governo Federal. Esse importante programa de inclusão bancária possibilita o acesso aos serviços bancários à população excluída do sistema, especialmente aos trabalhadores informais e aos de baixa renda.

A atuação do Banco da Amazônia no Programa Banco para Todos se dá mediante a concessão de crédito à população de baixa renda, por meio de operações de microcrédito voltadas, principalmente, para a aquisição de bens de consumo e de pequenos equipamentos, como carrinhos de pipoca/cachorro-quente e máquinas de costura.

Apoio ao Programa de Microcrédito Produtivo Orientado – Em adesão ao Programa de Microcrédito Produtivo Orientado do Governo Federal, o Banco da Amazônia implantou o Programa “ Amazônia Florescer” , atendendo, dessa forma, o disposto na Lei N.º 11.110, que determina o emprego de metodologia no processo de concessão e acompanhamento do crédito aos microempreendedores que atuam no mercado informal.

O Programa e a metodologia garantem melhor controle de adimplência em razão de não se limitarem à concessão simples do crédito, e sim buscarem aplicar um programa inovador, com uma estratégia de desenvolvimento sustentável para o cliente e com retorno para a instituição supridora dos recursos. O Programa “ Amazônia Florescer” foi concebido para possibilitar o acesso ao crédito aos empreendedores populares da Região Amazônica tendo por filosofia o relacionamento direto e permanente com os empreendedores no próprio local onde é executada a atividade econômica por meio de empréstimos seqüenciais, graduais, sob medida para suas necessidades, com acompanhamento do seu desenvolvimento individual e do negócio.

Apoio ao Agronegócio Regional – O apoio ao desenvolvimento do agronegócio regional pelo Banco da Amazônia tem oportunizado a estruturação e a alavancagem de importantes segmentos como o de produtos madeireiros, carnes, pescado, grãos, óleos, frutas, indústria moveleira, indústria florestal não madeireira, siderurgia, metalurgia, indústria convencional (especialmente o segmento eletro-eletrônico), turismo, artesanato indígena e beneficiamento de produtos florestais.

Os investimentos realizados pelo Banco da Amazônia nas atividades da cadeia produtiva do agronegócio regional cobrem um amplo espectro de atores do setor rural amazônico onde se tem apoiado agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais e empresários agroindustriais de médio e grande porte, permitindo a inserção competitiva nos mercados nacional e internacional. Exemplo disso tem sido o incentivo à produção do biocombustível na Amazônia envolvendo centenas de famílias que estão diversificando a base produtiva rural da Região mediante o aprimoramento da produção do biodiesel.

Estímulo à Pesca e Aquicultura – O Banco da Amazônia estimula o incremento da produção pesqueira regional, financiando a aquisição de barcos, motores e apetrechos de pesca aos pescadores artesanais e a construção de tanques e aquisição de alevinos aos empreendedores de aqüicultura, proporcionando-lhes melhores condições de vida, fortalecendo suas colônias, promovendo o aproveitamento racional de recursos naturais, aumentando a oferta de alimentos e melhorando o padrão nutricional da população regional. O apoio a este importante segmento da economia regional se reveste de elevada significância como instrumento de fortalecimento ao Programa “ Fome Zero” do Governo Federal.

4. ESTADO DE RONDÔNIA: PERFIL GEOECONÔMICO E PRIORIDADES ECONÔMICAS

4.1. PERFIL GEOECONÔMICO

O Estado de Rondônia possui uma superfície de 237.576,2 km² (4,5% do território da Região Amazônica) e população de 1.453,7 mil habitantes com densidade demográfica de 6,12 hab/Km², estando localizado na Amazônia Ocidental. Atualmente, o Estado de Rondônia é composto por 52 municípios, sendo os principais Porto Velho, Ji-Paraná, Ariquemes, Cacoal e Vilhena. Suas fronteiras territoriais são com a Bolívia e os Estados do Acre, Amazonas e Mato Grosso.

O Produto Interno Bruto (PIB) do Estado de Rondônia é da ordem de R\$ 12,9 bilhões (equivalente a 0,60% do PIB nacional) enquanto o PIB per capita corresponde a R\$ 8,87 mil. O setor mais representativo na composição do PIB estadual é o de comércio e serviços, com participação relativa de 58%.

A base produtiva do Estado de Rondônia apresenta-se bastante diversificada, fato que tem contribuído para o desenvolvimento de sua vocação exportadora. A pauta de exportação rondoniense é composta, predominantemente, por produtos básicos e semimanufaturados, destacando-se bens de origem animal (pecuária), florestal (produtos madeireiros) e agrícolas (grãos).

As oportunidades para a realização de investimentos no Estado de Rondônia apontam, entre outras condições, para a sua localização geográfica fronteiriça com a Bolívia, o acesso via rodovias aos mercados do Centro-Oeste e Sudeste, a potencialidade hídrica e de recursos naturais, o desenvolvimento de pólos agroindustriais e a disponibilidade de energia elétrica.

4.2. PRIORIDADES ECONÔMICAS

O Banco da Amazônia trabalha com o firme propósito de promover o desenvolvimento regional em bases sustentáveis. Nesse sentido, suas estratégias de atuação induzem e apóiam iniciativas empreendedoras que visem a utilização racional das matérias-primas locais que venham contribuir para o aumento do valor agregado e, ao mesmo tempo, considerem o enorme valor intrínseco do ativo ecológico existente na Amazônia, de forma que os recursos naturais da Região sejam aproveitados com sustentabilidade.

Sob essa perspectiva, as prioridades econômicas para financiamento pelo Banco da Amazônia em 2010 em Rondônia estão voltadas para o estímulo aos **Arranjos Produtivos Locais (APL) Selecionados para o Estado**, incentivo aos **Negócios Sustentáveis** e apoio aos **Projetos no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)**.

4.2.1. ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS SELECIONADOS PARA O ESTADO

Para o Estado de Rondônia, foram selecionados os seguintes Arranjos Produtivos Locais para receberem financiamento prioritário pelo Banco da Amazônia: Fruticultura, Piscicultura, Madeira e Móveis, Sistemas Agroflorestais e Pecuária Leiteira (leite e derivados).

A priorização dos APL selecionados não exclui a possibilidade de atendimento, pelo Banco da Amazônia, de outros APL, cadeias produtivas, aglomerados econômicos ou outras formas de organização do setor produtivo, desde que suas atividades sejam pautadas nos princípios do desenvolvimento sustentável.

O Quadro I, a seguir demonstrado, apresenta o diagnóstico situacional de alguns dos APL selecionados para o Estado, contemplando a situação atual dos APL e os principais desafios para o seu desenvolvimento.

Quadro I: Diagnóstico Situacional dos APL Selecionados para o Estado

APL	Situação Atual do APL	Principais Desafios para o Desenvolvimento do APL
Fruticultura	APL em desenvolvimento necessitando de investimentos	<ul style="list-style-type: none">Realizar levantamento das áreas com maior concentração da produção de frutas e estabelecer um programa de verticalização da produçãoIdentificar, capacitar e credenciar viveiristas para a produção de mudas com bom potencial e sanidadeIncentivar a instalação de beneficiadoras de polpas e fábricas de sucosIniciar programa de valorização das frutas nativas da floresta
Pecuária Leiteira (leite e derivados)	APL em processo de expansão e com boa estruturação	<ul style="list-style-type: none">Investir no manejo sustentável das pastagens e no melhoramento genético do rebanhoIntensificar o controle zoonosológico

APL	Situação Atual do APL	Principais Desafios para o Desenvolvimento do APL
Piscicultura	APL em fase de expansão necessitando de investimentos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Realizar diagnóstico da cadeia da produção aquícola no Estado ▪ Fortalecer a parceria entre as instituições que atuam no APL ▪ Elaborar o plano de desenvolvimento da aquicultura e pesca do Estado ▪ Treinar técnicos para prestar assistência técnica aos produtores de peixe e pescadores ▪ Controlar a entrada de alevinos oriundos de outras bacias hidrográficas ▪ Desenvolver programa de sanidade animal e controle sanitário ▪ Construir unidades para a produção de alevinos certificados de espécies melhoradas ▪ Construir centro de tecnologia da produção aquícola

4.2.2. OPORTUNIDADES DE NEGÓCIOS SUSTENTÁVEIS NO ESTADO

Desenvolver a Amazônia de forma sustentável, por meio da transformação do atual modelo de desenvolvimento econômico baseado na economia tradicional, representa o principal desafio dos atores regionais que contribuem no processo de desenvolvimento da Região.

Nesse contexto, o Banco da Amazônia, como agente das políticas, planos e programas do Governo Federal para a Região Amazônica, atua pautado no compromisso de financiar projetos e empreendimentos sustentáveis, que valorizem as potencialidades locais e, ao mesmo tempo, promovam a melhoria da qualidade de vida da população, a inclusão social e a redução das desigualdades intra e inter-regionais.

Assim, para o Estado de Rondônia foram identificadas oportunidades para a realização de negócios sustentáveis no âmbito dos segmentos da agricultura familiar, micro e pequena empresa, turismo, cultura, atividade florestal, indústria, projetos estruturantes, agronegócio e comércio e serviços (v. Quadro II).

Foram mapeadas, ainda, oportunidades de negócios sustentáveis nas áreas jurisdicionadas das agências do Banco da Amazônia localizadas no Estado (v. Quadro III). Essas oportunidades de negócios sustentáveis foram identificadas com base em um conjunto de critérios como: capacidade de geração de emprego e renda, maturidade ou tradição na localidade, possibilidade de induzir ou estruturar novos nichos de mercado, potencialidade para formar cadeias produtivas, sustentabilidade socioambiental, nível de organização dos agentes econômicos envolvidos e consonância com as prioridades dos governos estadual e municipal.

Quadro II: Oportunidades de Negócios Sustentáveis no Âmbito dos Segmentos Prioritários

Segmento	Oportunidades para a Realização de Negócios Sustentáveis	Desafios	Ações Desenvolvidas para a Superação dos Desafios	Ações Previstas para Fortalecer o Segmento no Estado
Agricultura Familiar	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Consolidação de APL integrados à agricultura familiar (pecuária de leite e pequenos animais, apicultura, piscicultura, fruticultura, café, urucum, mandioca, sistemas agro-florestais e hortigranjeiro) ▪ Estrutura fundiária do Estado constituída em sua grande maioria por agricultores de base familiar 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ampliar os serviços de assistência técnica e extensão rural ▪ Incentivar o desenvolvimento de projetos de pesquisa ▪ Promover a regularidade fundiária e ambiental das propriedades ▪ Aprimorar técnicas para aplicação na pós-colheita e agroindustrialização da produção ▪ Estimular o empreendedorismo de base familiar ▪ Fortalecer o associativismo e o cooperativismo ▪ Incentivar a produção agroecológica 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ GOVERNO DO ESTADO e CEPLAC: Firmatura de Termo de Cooperação Técnica para o desenvolvimento de ações de apoio à agricultura familiar ▪ MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA) e GOVERNO DO ESTADO: Criação do programa de terra legal para a Amazônia (emissão de títulos), já em execução no Estado ▪ MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA (MPA): Dotação de todas as colônias e associações de piscicultura do Estado com infraestrutura de frio 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ GOVERNO DO ESTADO: Implementar o plano de prevenção e controle do desmatamento no Estado; Consolidar o processo de produção orgânica com a emissão do selo de produtos orgânicos ▪ MPA: Realizar o Censo Aquícola do Estado de Rondônia

			<ul style="list-style-type: none">▪ GOVERNO DO ESTADO/EMATER: Ampliação do quadro de recursos humanos da EMATER/RO em torno de 30 profissionais; Aquisição de equipamentos de informática e veículos; Assessorando às cooperativas e associações em procedimentos de boas práticas no processo de agroindustrialização; Realização do início dos trabalhos para a regularização e licenciamento ambiental de todas as propriedades da agricultura familiar com área de até 150 há; Treinamento de técnicos para a emissão de documentos e peças técnicas para o licenciamento ambiental	
--	--	--	---	--

			<ul style="list-style-type: none">▪ GOVERNO DO ESTADO/ SEAGRI: Treinamento de técnicos para atuarem no processo de implantação e certificação da produção orgânica; Realização do cadastramento de produtores voltados à produção orgânica▪ GOVERNO DO ESTADO/SEDES: Aquisição de máquinas e equipamentos para agroindustrialização da produção; Implantação do Programa de Mecanização Agrícola (PROMECA), do Programa de Produção de Leite (PROLEITE) e do Projeto de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva de Pescado (PROPEIXE)	
--	--	--	--	--

			<ul style="list-style-type: none"> ▪ CEPLAC: Aquisição de equipamentos de informática e veículos; Treinamento de técnicos em sistemas agroflorestais ▪ EMBRAPA: Realização de transferência de tecnologias para os órgãos de ATER; Ampliação da pesquisa voltada à agricultura de base familiar 	
Micro e Pequena Empresa	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A existência do APL de Madeira e Móveis na microrregião de Ariquemes ▪ Representatividade das micro e pequenas empresas na economia do Estado ▪ Aproveitamento de resíduos gerados nas indústrias de madeira e moveis 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Suprir a demanda por matéria-prima de origem legal para o APL de Madeira e Móveis ▪ Modernizar o parque fabril do Estado ▪ Promover treinamento em gerenciamento e mercado ▪ Constituir um fundo de aval para atender às micro e pequenas empresas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ BANCO DA AMAZÔNIA: Criação da linha de crédito Amazônia Giro MPE com bases e condições diferenciadas para as micro e pequenas empresas ▪ SEBRAE: Realização de parcerias com órgãos do Estado, municípios e associações de produtores para a capacitação em gestão de pequenos negócios 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ SEBRAE: Ampliar as parcerias para a capacitação em gestão de pequenos negócios, com a inclusão de universidades e escolas técnicas; Estimular a realização de feiras, encontros, rodada de negócios e outros eventos voltados para o desenvolvimento das micro e pequenas empresas

		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Elevar os índices de informatização das micro e pequenas empresas ▪ Maximizar o controle da qualidade e o fluxo de comercialização ▪ Melhorar a acessibilidade ao crédito por parte dos micro e pequenos empresários ▪ Qualificar a mão-de-obra do segmento 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ GOVERNO DO ESTADO e ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO CIDADÃO DE RONDÔNIA (ACRECID): Realização de parceria para a aplicação do microcrédito 	
Turismo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Incentivo aos Pólos Turísticos de Porto Velho, Guajará-Mirim e Vale do Guaporé ▪ Desenvolvimento dos projetos Caminho das Águas, Rio Mequéns e Orla do Rio Madeira em Porto Velho ▪ Proximidade do Estado de Rondônia com o mercado andino ▪ Crescimento do turismo receptivo e de negócios no Estado 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a qualificação profissional no segmento ▪ Melhorar a infraestrutura básica e turística ▪ Definir novas políticas e prioridades para o turismo ▪ Inventariar as potencialidades turísticas do Estado ▪ Promover a regularização fundiária das propriedades para instalação de complexos turísticos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ GOVERNO DO ESTADO/SETUR: Realização do Cadastramento das empresas no Cadastro de Prestadores de Serviço Turístico (CADASTUR); Conclusão do aeroporto de Cacoal; Investimento na melhoria do acesso ao complexo turístico do Vale do Guaporé e zona central do Estado 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ BANCO DA AMAZÔNIA: Elaborar o Plano de Incentivo ao Turismo na Amazônia para o Exercício de 2010 ▪ GOVERNO DO ESTADO/SETUR: Elaborar fontes de informações sobre o turismo no Estado para distribuição aos turistas

		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Revitalizar o Complexo Madeira-Mamoré e o patrimônio histórico da Cidade de Porto Velho ▪ Incentivar o desenvolvimento do turismo receptivo e de negócios 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ BANCO DA AMAZÔNIA: Elaboração do Plano de Incentivo ao Turismo na Amazônia ▪ SEBRAE: Qualificação, em parceria com outras instituições, de gestores e profissionais que atuam no segmento de turismo 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ GOVERNO DO ESTADO/SEAGRI: Agilizar o processo de regularização fundiária das propriedades com finalidades turísticas ▪ SEBRAE: Ampliar a capacitação dos gestores e profissionais que atuam no segmento de turismo
Cultura	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Realização das Festas do Boi de Guajará-Mirim e da Flor do Maracujá, do Festival Cine Amazônia e das Feiras Agropecuárias 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhorar a infraestrutura logística ▪ Elevar o nível de organização dos agentes envolvidos com o segmento cultural 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ BANCO DA AMAZÔNIA: Criação do Programa “ Amazônia Mais Cultura” ; Concessão de patrocínio aos projetos do segmento cultural; Realização do Projeto “ 5ª Cultural 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ BANCO DA AMAZÔNIA: Intensificar as ações no âmbito do Programa “ Amazônia Mais Cultura” ; Ampliar a concessão de patrocínios aos projetos culturais; Expandir as atividades do Projeto “ 5ª Cultural”

Segmento	Oportunidades para a Realização de Negócios Sustentáveis	Desafios	Ações Desenvolvidas para a Superação dos Desafios	Ações Previstas para Fortalecer o Segmento no Estado
Atividade Florestal	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O interesse dos produtores pelo plantio de árvores nativas, exóticas e frutíferas (Plantio Solteiro e Sistemas Agroflorestais) ▪ Exigência de órgãos ambientais para a exploração da madeira mediante manejo florestal ▪ Demanda pela matéria-prima oriunda da floresta 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estabelecer coeficientes técnicos para as diversas espécies a serem plantadas (nativas e exóticas) ▪ Desenvolver projetos de pesquisa para o setor florestal ▪ Incentivar a coleta e produção de sementes e mudas ▪ Promover a regularização fundiária e ambiental das propriedades ▪ Desenvolver ações que contribuam para a redução do desmatamento, da perda da biodiversidade e da alteração da textura e estrutura do solo 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ BANCO DA AMAZÔNIA: Criação do Programa de Financiamento para Manutenção e Recuperação da Biodiversidade Amazônica (FNO-Biodiversidade) que incentiva a recuperação do passivo ambiental florestal ▪ CEPLAC: Realização de pesquisas, inclusive com trabalhos publicados, voltadas para a atividade florestal ▪ GOVERNO DO ESTADO/SEAGRI e SEDAM: Regularização fundiária e ambiental das propriedades (processo em fase inicial); Intensificação de fiscalizações ambientais 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ CEPLAC: Intensificar a realização de pesquisas voltadas para o segmento florestal ▪ GOVERNO DO ESTADO/SEAGRI e SEDAM: Dar continuidade ao processo de regularização fundiária e ambiental das propriedades e de fiscalização ambiental; Investir em ações publicitárias de conscientização e orientação para a redução de queimadas em propriedades rurais

Segmento	Oportunidades para a Realização de Negócios Sustentáveis	Desafios	Ações Desenvolvidas para a Superação dos Desafios	Ações Previstas para Fortalecer o Segmento no Estado
Indústria	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento da demanda por alimentos processados ▪ Implantação de empresas metal-mecânicas ▪ Existência de Centro Tecnológico para capacitar mão-de-obra para atuar no Pólo Industrial de Rondônia ▪ Desenvolvimento das indústrias cerâmica, eletromecânica, moveleira e da construção civil 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Implantar um pólo industrial de alimentos no Estado ▪ Incentivar a cultura empreendedora da classe empresarial ▪ Instalar o Pólo Metal Mecânico do Estado de Rondônia ▪ Investir na qualificação da mão-de-obra ▪ Elevar o nível tecnológico industrial do Estado 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ FIERO e SENAI: Desenvolvimento de ações de sensibilização, organização e estruturação do núcleo setorial; Realização de investimentos para a modernização e ampliação da infraestrutura das indústrias da construção civil e pesada de Rondônia; Promoção da redução do desperdício e da capacitação dos empreendedores; Qualificação da mão-de-obra do segmento industrial; Realização de seminários de sensibilização para articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre os empresários do segmento industrial e órgãos afins 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ FIERO e SENAI: Modernizar a infraestrutura e melhorar a qualidade e competitividade dos produtos das indústrias de alimentos; Investir na capacitação dos empreendedores industriais; Melhorar e adequar os produtos para exportação; Realizar treinamentos e consultorias para as empresas que atuam no segmento industrial; Valorizar e divulgar as empresas que fabricam produtos conforme as normas ambientais vigentes; Desenvolver estratégias de marketing; Intensificar as parcerias institucionais visando o fortalecimento do segmento industrial do Estado

			<ul style="list-style-type: none"> ▪ BANCO DA AMAZÔNIA: Apoio financeiro para a instalação de empreendimentos industriais no Estado ▪ FIERO: Realização de seminários de sensibilização para redução nos custos de transportes, matéria-prima e de produção; Incentivo à implantação de empresas metal-mecânicas no Estado 	
Projetos Estruturantes	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Construção do Complexo Hidrelétrico, do Novo Complexo Portuário e das Pontes sobre o Rio Madeira ▪ Recuperação da BR-319 ▪ Realização de um conjunto de obras de saneamento em Porto Velho 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ampliar os investimentos em projetos estruturantes ▪ Intensificar a parceria entre instituições públicas e privadas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ BANCO DA AMAZÔNIA: Apoio financeiro aos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ BANCO DA AMAZÔNIA: Continuar apoiando projetos no âmbito do PAC

Segmento	Oportunidades para a Realização de Negócios Sustentáveis	Desafios	Ações Desenvolvidas para a Superação dos Desafios	Ações Previstas para Fortalecer o Segmento no Estado
Agronegócio	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estrutura fundiária e incorporação de tecnologias apropriadas ao desenvolvimento local ▪ Existência do Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Estado ▪ Produção agropecuária forte e diversificada ▪ Disponibilidade de área livre de febre aftosa ▪ Diversificação do plantel animal (aves, bovinos, eqüídeos, suínos, ovinos e caprinos) ▪ Verticalização da Produção primária ▪ Exportação de produtos agropecuários para o mercado andino e asiático 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Amenizar os impactos ambientais causados pelos projetos de colonização ▪ Buscar alternativas para a incorporação de áreas alteradas, reduzindo os impactos sob a floresta nativa ▪ Aumentar a produtividade e melhorar a qualidade dos produtos do agronegócio ▪ Adequar o Zoneamento às novas políticas de governo 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ GOVERNO DO ESTADO/SEAGRI: Desenvolvimento do Programa PROCAFÉ e Programa PROLEITE; Realização de investimentos visando a melhoria genética do rebanho e o manejo de pastagens; Promoção da capacitação de produtores ▪ GOVERNO DO ESTADO/SEDES e EMATER: Fortalecimento do Programa de Mecanização Agrícola; Abertura de tanques de peixes (Programas PROMEC / PROPEIXE) ▪ SEBRAE: Realização da certificação orgânica do café 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ GOVERNO DO ESTADO: Recuperar áreas de Reserva Legal e Área de Proteção Ambiental (APP); Elaborar Projeto de Lei visando a adequação do Zoneamento do Estado ▪ SEBRAE: Realizar a Certificação orgânica de produtos primários e processados

Segmento	Oportunidades para a Realização de Negócios Sustentáveis	Desafios	Ações Desenvolvidas para a Superação dos Desafios	Ações Previstas para Fortalecer o Segmento no Estado
Comércio e Serviços	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Forte participação do setor terciário no processo de desenvolvimento do Estado ▪ Elevada demanda por educação, saúde, transporte, segurança, lazer, capacitação, serviços hoteleiros, manutenção de veículos, máquinas e equipamentos diversos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhorar o nível de organização do segmento ▪ Melhorar a qualidade da gestão dos empreendedores (competitividade) e da mão-de-obra 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ BANCO DA AMAZÔNIA: Expansão dos financiamentos aos empreendimentos do segmento de comércio e prestação de serviços do Estado; Simplificação do processo de análise de crédito com a dispensa de projeto completo para capital de giro isolado e máquina isolada ▪ SEBRAE, SENAI e SENAC: Realização de cursos de capacitação de empresários e trabalhadores do segmento 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ BANCO DA AMAZÔNIA: Ampliar o crédito para o segmento, bem como o processo de simplificação do crédito

Quadro III: Oportunidades de Negócios Sustentáveis nas Áreas Jurisdicionadas das Agências do Banco da Amazônia no Estado

Agência	Oportunidades de Negócios Sustentáveis	Abrangência Territorial	Diagnóstico Situacional
Ariquemes	Agronegócio (Sistemas Agroflorestais, Piscicultura, Pecuária de Leite e Madeira e Móveis)	<p><u>Sistemas Agroflorestais</u> Todos os Municípios da Grande Ariquemes</p> <p><u>Piscicultura</u> Todos os Municípios da Grande Ariquemes</p> <p><u>Pecuária de Leite</u> Todos os Municípios da Grande Ariquemes</p> <p><u>Madeira e Móveis</u> Municípios de Ariquemes, Cujubim, Alto Paraíso, Machadinho D'Oeste</p>	<p><u>Sistemas Agroflorestais</u>: mercado potencial; boa infraestrutura logística; dispõe de assistência técnica.</p> <p><u>Piscicultura</u>: APL em consolidação; infraestrutura logística eficiente; existência de assistência técnica; mercado em expansão; bom nível de organização dos produtores; conta com o apoio de diversas instituições.</p> <p><u>Pecuária de Leite</u>: APL incentivado pela Câmara Setorial do Leite e por um conjunto de instituições; necessidade de melhoria no rebanho local; dispõe de assistência técnica; infraestrutura logística eficiente.</p> <p><u>Madeira e Móveis</u>: incentivo ao reaproveitamento da madeira e à agregação de valor; formações de pólos moveleiros e artesanais; conta com assistência técnica e infraestrutura; mercado potencial.</p>
Buritís	Agronegócio (Pecuária de Leite, Cafeicultura e Lavoura Cacaueira)	Municípios de Buritís e Campo Novo de Rondônia	Existência de assistência técnica e extensão rural realizada pela EMATER e CEPLAC; infraestrutura de apoio à produção eficiente; mercado consumidor em expansão.

Agência	Oportunidades de Negócios Sustentáveis	Abrangência Territorial	Diagnóstico Situacional
Cacoal	Agronegócio (Cafecultura, Pecuária de Corte e Leite, Piscicultura, Avicultura e Silvicultura);	Municípios de Cacoal, Pimenta Bueno, Espigão D' Oeste, Primavera, Parecis, São Felipe D' Oeste e Ministro Andreazza	Infraestrutura logística em boas condições; apoio da assistência técnica e extensão rural realizada pela EMATER, CEPLAC, IDARON, EMBRAPA, Universidades e Prefeituras Municipais; mercado consumidor potencial; bom nível de organização dos produtores.
Guajará-Mirim	Agronegócio (Pecuária de Corte, Pecuária de Leite e Cafecultura), Extrativismo (castanha e borracha)	<u>Pecuária de Corte e Extrativismo</u> Município de Guajará-Mirim <u>Pecuária de Leite e Cafecultura</u> Município de Nova Mamoré	Aglomerados estruturados; infraestrutura logística eficiente; existência de assistência técnica realizada pela EMATER e IDARON; mercado potencial.
Ji-Paraná	Agronegócio (Pecuária de Corte e Leite, Piscicultura e Suinocultura)	Municípios de Ji-Paraná, Alvorada D' Oeste, Governador Jorge Teixeira, Jarú, Mirante da Serra, Nova União, Ouro Preto D' Oeste, Presidente Médici, Teixeirópolis, Theobroma, Urupá e Vale do Paraíso	Infraestrutura logística de produção em condições favoráveis; mercado consumidor potencial; apoio da assistência técnica e extensão rural realizada pela EMATER, CEPLAC, IDARON, EMBRAPA, Universidades e Prefeituras Municipais; bom nível de organização dos produtores.

Agência	Oportunidades de Negócios Sustentáveis	Abrangência Territorial	Diagnóstico Situacional
Porto Velho	Agronegócio (Pecuária de Corte, Pecuária Leiteira e Piscicultura), Turismo, Hortifrutigranjeiros, Indústria (Construção Civil, Artefatos de Cimento e Cerâmica) e Comércio e Serviços	<u>Pecuária de Corte, Pecuária Leiteira e Piscicultura</u> Municípios de Porto Velho, Candeias do Jamarí e Itapuã D' Oeste <u>Turismo, Hortifrutigranjeiros e Comércio e Serviços</u> Municípios de Porto Velho e Candeias do Jamarí <u>Indústria (Construção Civil, Artefatos de Cimento e Cerâmica)</u> Município de Porto Velho	<u>Pecuária de Corte, Pecuária Leiteira e Piscicultura</u> : existência de assistência técnica e extensão rural realizada pela EMATER e SEAP/RO; infraestrutura de apoio à produção eficiente; mercado consumidor em expansão. <u>Turismo e Comércio e Serviços</u> : crescimento populacional do Estado (principalmente de Porto Velho); infraestrutura urbana necessita de investimentos; mercado com grande potencial. <u>Hortifrutigranjeiros</u> : existência de mão-de-obra e áreas apropriadas; mercado consumidor carente; dispõe de assistência técnica e infraestrutura logística. <u>Indústria (Construção Civil, Artefatos de Cimento e Cerâmica)</u> : implantação das usinas do Rio Madeira e indústrias correlatas; mercado potencial; boa infraestrutura logística.

Agência	Oportunidades de Negócios Sustentáveis	Abrangência Territorial	Diagnóstico Situacional
Rolim de Moura	Agronegócio (Pecuária de Corte, Pecuária Leiteira e Piscicultura), Cana-de-Açúcar, Turismo, Fruticultura e Produção de Tomate e Inhame	<u>Pecuária de Corte, Pecuária Leiteira e Piscicultura</u> Todos os Municípios sob jurisdição da Agência de Rolim de Moura <u>Cana-de-Açúcar</u> Municípios de Rolim de Moura, Santa Luzia e São Felipe <u>Turismo</u> Municípios de Rolim de Moura, Alta Floresta, Costa Marques e São Francisco <u>Fruticultura</u> Municípios de Rolim de Moura e Santa Luzia <u>Produção de Tomate e Inhame</u> Municípios de Alto Alegre e Santa Luzia (Tomate) e Município de São Francisco (Inhame)	<u>Pecuária de Corte, Pecuária Leiteira e Piscicultura</u> : aglomerados solidificados; apresenta boa infraestrutura logística, dispõe de assistência técnica; mercado consumidor potencial. <u>Cana-de-Açúcar</u> : a região possui potencialidade e dispõe de áreas agricultáveis para a cultura; mercado potencial para comercialização; dispõe de assistência técnica. <u>Turismo</u> : a atividade encontra-se em processo de expansão; infraestrutura turística necessita de investimentos; assistência técnica deficiente. <u>Fruticultura</u> : a região possui solos adequados para a prática da fruticultura; assistência técnica de boa qualidade; mercado consumidor potencial. <u>Produção de Tomate e Inhame</u> : produção destinada principalmente para a exportação (Cidade de Manaus e Região Nordeste); existência de áreas de boa qualidade para o cultivo; dispõe de assistência técnica prestada pela EMATER.
Vilhena	Agronegócio (Produção de Grãos e Pecuária de Corte)	Municípios de Vilhena, Cerejeiras, Corumbiara, Chupinguaia e Colorado D' Oeste	Dispõe de serviços de assistência técnica e extensão rural realizada pela EMATER, CEPLAC, IDARON, EMBRAPA, Universidades e Prefeituras Municipais; mercado consumidor potencial; bom nível de organização dos produtores; infraestrutura de produção eficiente.

4.2.3. PROJETOS DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC) NO ESTADO

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 22 de janeiro de 2007 pelo Governo Federal, objetiva acelerar o ritmo de crescimento da economia brasileira, aumentar o emprego e a renda, diminuir as desigualdades sociais e regionais e manter a solidez dos fundamentos macroeconômicos.

O PAC consiste em um conjunto de medidas destinadas a incentivar o investimento privado e aumentar os investimentos públicos em infraestrutura, além de remover obstáculos ao crescimento econômico. Suas medidas estão organizadas em cinco blocos:

- I. Investimento em infraestrutura;
- II. Estímulo ao crédito e ao financiamento;
- III. Melhora do ambiente de investimento;
- IV. Desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário; e
- V. Medidas fiscais de longo prazo.

Por meio das ações do PAC, o Governo Federal pretende conciliar quatro objetivos macroeconômicos: crescimento com distribuição de renda, estabilidade monetária, equilíbrio externo e redução das desigualdades regionais.

O Quadro IV, demonstrado a seguir, apresenta o mapeamento dos projetos do PAC no Estado de Rondônia:

Quadro IV: Mapeamento dos Projetos do PAC no Estado de Rondônia

Projeto	Localização
Complexo do Rio Madeira – Construção das Usinas hidrelétricas de Santo Antonio e Jirau	Município de Porto Velho
Obras de Saneamento Básico	Município de Porto Velho
Construção da Ponte sobre o Rio Madeira / Humaitá	Município de Porto Velho
Recapeamento do Centro de Porto Velho	Município de Porto Velho.
Construção do Hospital Regional de Cacoal	Município de Cacoal

5. RECURSOS FINANCEIROS: INSTRUMENTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS E PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. INSTRUMENTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

Para cumprir sua missão institucional de promover o desenvolvimento integrado e sustentável da Região Amazônica o Banco da Amazônia utiliza os seguintes instrumentos econômico-financeiros para aplicação no Estado:

- **Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)** – criado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei n.º 7.827/89, o FNO tem seus recursos oriundos de 0,6% do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados para serem aplicados no financiamento das atividades econômicas desenvolvidas em bases sustentáveis na Região Norte. É operacionalizado através de três programas de financiamento: o *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (FNO-PRONAF)*, o *Programa de Financiamento para Manutenção e Recuperação da Biodiversidade Amazônica (FNO-BIODIVERSIDADE)* e o *Programa de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FNO-AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL)*.
- **Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)** – atende, através dos programas PROGER Urbano, PROGER Rural e PRONAF, exclusivamente, micro e pequenos empreendedores urbanos, profissionais liberais e mini e pequenos produtores rurais, com ênfase na agricultura de base familiar.
- **Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)** – destina-se ao financiamento de projetos de infraestrutura de energia, telecomunicações, portos e rodovias.
- **Fundo da Marinha Mercante (FMM)** – atende à empresas brasileiras de navegação (pessoas jurídicas, constituídas segundo às leis brasileiras, com sede no País, que tenham por objeto o transporte aquaviário, próprio ou fretado, autorizadas a operar).
- **Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)** – destinam-se às empresas e produtores rurais de mini/micro, pequeno, médio e grande portes que atuam nos segmentos da agropecuária, agroindústria, indústria, turismo, comércio e serviços, infraestrutura e exportação.
- **Recursos do Orçamento Geral da União (OGU)** – atendem, através do PRONAF, agricultores familiares da Região Amazônica, suas cooperativas e associações e pessoas jurídicas formadas exclusivamente de agricultores familiares.
- **Recursos de Sustentação Econômica** – os recursos provenientes da carteira de sustentação econômica do Banco da Amazônia atendem aos segmentos de pessoa jurídica e pessoa física no crédito de curto prazo.

5.2. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para o exercício de 2010, a estimativa de recursos para alocação no Estado de Rondônia é de **R\$ 614,73 milhões**, conforme demonstração no Quadro V. Esses recursos, originários das fontes de fomento (FNO, FAT, BNDES e OGU) e de sustentação econômica, deverão atender às necessidades de financiamento prioritárias, de acordo com a importância das atividades para a economia do Estado. Adicionalmente, também serão disponibilizados recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e Fundo da Marinha Mercante (FMM), cujas dotações em 2010 para aplicação na Amazônia são de, respectivamente, R\$ 1 bilhão e R\$ 150 milhões.

Quadro V: Estimativa de Recursos para Alocação no Estado em 2010

Fonte	R\$ Milhões
Recursos de Fomento	499,74
FNO	495,60
FAT	0,66
BNDES	2,88
OGU	0,60
Recursos de Sustentação Econômica	114,99
Total	614,73

A distribuição percentual por programas de financiamento, segmentos econômicos e porte dos empreendedores dos recursos de fomento (FNO, FAT e BNDES) é apresentada nos Quadros VI, VII e VIII, a seguir. Quanto aos recursos do OGU, sua destinação é exclusivamente para a agricultura de base familiar.

Quadro VI: Dotação do FNO para 2010 (R\$ 495,60 Milhões)

Programa	%	Porte (em %)				
		Mini/ Micro	Pequeno	Médio	Grande	Total
FNO-PRONAF	20	100				100
- Grupo A	10	100				100
- Demais Segmentos	10	100				100
FNO- Amazônia Sustentável/ FNO-Biodiversidade	80	35	16	24	25	100
Total	100					

Quadro VII: Dotação do FAT para 2010 (R\$ 0,66 Milhão)

Segmento	%	Porte (em %)		
		Mini/ Micro	Pequeno	Total
Agricultura Familiar e Extrativismo	40	100		100
Agroindústria	20	60	40	100
Indústria	10	60	40	100
Comércio e Serviço	20	60	40	100
Turismo	10	60	40	100
Total	100			

Quadro VIII: Dotação dos Recursos do BNDES para 2010 (R\$ 2,88 Milhões)

Segmento	%	Porte (em %)				
		Mini/ Micro	Pequeno	Médio	Grande	Total
Agropecuária	20	10	10	50	30	100
Agroindústria	15	10	10	50	30	100
Indústria	10	10	10	50	30	100
Turismo	10	10	10	50	30	100
Comércio e Serviço	15	10	10	50	30	100
Infraestrutura	20	10	10	50	30	100
Exportação	10	10	10	50	30	100
Total	100					

6. RESULTADOS ESPERADOS: RESULTADOS QUALITATIVOS E QUANTITATIVOS

6.1. RESULTADOS QUALITATIVOS

6.1.1. PARA A ECONOMIA DO ESTADO:

- Agregação de valor à produção estadual;
- Elevação do Produto Interno Bruto do Estado;
- Ampliação da base produtiva e da arrecadação fiscal;
- Ampliação da infraestrutura econômica e social;
- Aumento da oportunidade de emprego, de ocupação de mão-de-obra e da massa salarial;
- Promoção da inclusão social de populações de baixa renda;
- Redução do êxodo rural pelo estímulo à permanência do homem no campo;
- Criação de oportunidade para a introdução de novas tecnologias capazes de superar as deficiências no setor produtivo;
- Contribuição para a geração e o aumento de excedentes exportáveis;
- Estímulo à internalização de renda a partir do fortalecimento das cadeias produtivas, através de estímulos às agroindústrias e indústrias estaduais;
- Fortalecimento dos arranjos produtivos locais;
- Minimização das desigualdades internas através de incentivo à formação de novos pólos econômicos no interior;
- Melhoria do abastecimento interno de produtos básicos;
- Promoção da auto-sustentabilidade dos empreendimentos econômicos estaduais; e
- Estímulo ao aproveitamento econômico dos recursos naturais.

6.1.2. PARA OS BENEFICIÁRIOS:

- Satisfação na habilitação, concessão e gestão do crédito;
- Crescimento dos seus negócios;
- Conscientização da importância do seu empreendimento para o desenvolvimento local e regional;
- Elevação da renda real do empreendedor/produtor;
- Melhoria da qualidade de vida do empreendedor/produtor, de seus familiares e empregados; e
- Criação de oportunidades de trabalho para os membros das famílias dos mini e pequenos produtores.

6.1.3. PARA OS CONSUMIDORES:

- Expansão da oferta de produtos diversificados para o consumo local;
- Maximização da renda dos consumidores, como reflexo da redução dos preços relativos dos produtos agrícolas e industriais; e
- Melhoria do padrão alimentar da população.

6.1.4. PARA O MEIO AMBIENTE:

- Conservação e/ou preservação do patrimônio natural, através da indução e do estímulo ao uso de melhores práticas produtivas que promovam o desenvolvimento da Região em bases mais sustentáveis;
- Reabilitação de áreas alteradas, ou em vias de degradação, mediante a adoção de tecnologias apropriadas; e
- Contenção do avanço do desmatamento desordenado.

6.1.5. PARA O BANCO DA AMAZÔNIA:

- Execução das Políticas, Planos e Programas do Governo Federal para o desenvolvimento da Região;
- Consolidação e fortalecimento de parcerias com objetivos convergentes e comprometidos com o desenvolvimento regional sustentável; e
- Fortalecimento Institucional e reconhecimento como agente financeiro fomentador do desenvolvimento sustentável da Amazônia para que a Região atinja patamares inéditos de sustentabilidade a partir do empreendedorismo consciente.

6.2. RESULTADOS QUANTITATIVOS

Com base na estimativa de recursos a serem alocados no Estado em 2010, projeta-se, entre outros resultados, a criação de novas oportunidades de trabalho, o incremento do valor bruto da produção estadual, a diminuição do êxodo rural, a minimização das desigualdades intra e inter-regionais, a inclusão social, a redução da pobreza, o aumento do PIB estadual, a ampliação da arrecadação tributária e o financiamento de **9.635** beneficiários/projetos, conforme demonstrado no Quadro IX:

Quadro IX: Estimativa de Beneficiários/Projetos a serem Financiados no Estado em 2010

Fonte	Recursos a Alocar (R\$ Milhões)	Beneficiários/ Projetos a Financiar (Unidade)
Recursos de Fomento	499,74	6.319
FNO	495,60	6.062
FAT	0,66	6
BNDES	2,88	3
OGU	0,60	248
Recursos de Sustentação Econômica	114,99	3.316
Total	614,73	9.635

ANEXOS

ANEXO I

INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DO ENCONTRO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO PARA A APLICAÇÃO DOS RECURSOS PARA 2010

1. Associação dos Criadores de Nelore do Estado de Rondônia (ACN)
2. Banco da Amazônia
3. Centro Internacional de Negócios do Estado de Rondônia (CIN)
4. Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC)
5. Cooperativa de Trabalho Agroambiental de Rondônia (COOTRARON)
6. Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário no Estado de Rondônia (DFDA)
7. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)
8. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER)
9. Faculdade São Lucas
10. Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Rondônia (FAPERON)
11. Federação das Indústrias do Estado de Rondônia (FIERO)
12. Federação do Comércio do Estado de Rondônia (FECOMÉRCIO)
13. Prefeitura Municipal de Porto Velho
14. Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária (SEAGRI)
15. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental (SEDAM)
16. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Social (SEDES)
17. Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral (SEPLAN)
18. Secretaria de Estado de Turismo (SETUR)
19. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)
20. Sindicato das Micro e Pequenas Empresas de Rondônia (SIMPI)
21. Superintendência Federal de Agricultura (SFA/RO)